



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DO ESTADO DA PARAÍBA

**CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

AUTÓGRAFO Nº 1.827/2025
PROJETO DE LEI Nº 4.816/2025
AUTORIA: DEPUTADO MICHEL HENRIQUE

**Institui a Política Estadual de Implantação
do Polo de Inovação, Educação Técnica e
Protagonismo Ambiental do Cariri
Paraibano e dá outras providências.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Implantação do Polo de Inovação, Educação Técnica e Protagonismo Ambiental do Cariri Ocidental Paraibano, com o objetivo de promover a formação profissional, técnica, tecnológica e socioambiental de jovens a partir do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Técnico e Superior, por meio de parcerias estratégicas entre o Estado e instituições públicas e privadas, sem oneração direta ao orçamento estadual.

Art. 2º A Política será implementada, preferencialmente, nos municípios de Monteiro (UEPB/IFPB), Sumé (UFCG) e Serra Branca (ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL), podendo ser expandida para outras cidades do território do Cariri Paraibano.

Art. 3º São diretrizes da Política:

- I – a interiorização do ensino técnico, tecnológico e ambiental;
- II – o estímulo à permanência do jovem no território com oportunidades educacionais e de trabalho;
- III – o fortalecimento das cadeias produtivas locais e práticas sustentáveis;
- IV – a valorização da agroecologia, da gestão ambiental, das energias renováveis e do turismo de base comunitária;
- V – o incentivo ao protagonismo juvenil, à pesquisa, inovação e empreendedorismo;
- VI – a promoção da educação ambiental e do pertencimento ao bioma Caatinga;
- VII – a valorização dos saberes tradicionais e da cultura regional;
- VIII – a articulação interinstitucional com entidades públicas e privadas;
- IX – utilização otimizada de recursos e estruturas já existentes, evitando a criação de despesas adicionais.

Art. 4º A implantação dos Polos será realizada mediante convênios, Termos de Cooperação Técnica ou parcerias já estabelecidas, sem geração de novas despesas ao Estado, com as seguintes instituições:

- I – Instituto Federal da Paraíba – IFPB;
- II – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- III – Universidades públicas e privadas;
- IV – Centros de pesquisa e incubadoras de startups.

Art. 5º Os polos poderão ofertar cursos e atividades formativas voltadas, especialmente, para:

- I – energias renováveis (solar, eólica, biomassa);
- II – agroecologia e agricultura familiar;
- III – gestão e preservação ambiental;
- IV – sustentabilidade e recuperação de áreas degradadas;
- V – turismo ecológico e de base comunitária;
- VI – economia criativa, tecnologias sociais e cidadania ambiental;
- VII – formação de lideranças juvenis com foco na educação ambiental e no bioma Caatinga.

Art. 6º Fica criado o Programa Jovem Guardião da Caatinga, vinculado aos polos, com o objetivo de envolver estudantes em atividades de preservação ambiental, cultura regional e cidadania, promovendo:

- I – oficinas, vivências e intervenções territoriais;
- II – práticas pedagógicas integradas ao currículo escolar;
- III – projetos com enfoque na valorização e preservação do bioma Caatinga;
- IV – atuação em parceria com escolas, universidades, movimentos sociais e órgãos públicos.

Art. 7º Para melhor execução desta Lei, o Poder Executivo poderá criar o Programa de Bolsa de Incentivo à Formação Técnica e Ambiental, destinado a jovens em situação de vulnerabilidade social, matriculados nos cursos e ações formativas vinculadas aos polos.

§ 1º As bolsas serão regulamentadas por ato do Poder Executivo.

§ 2º Poderão ser financiadas com recursos do FUNCEP-PB, emendas parlamentares e outras fontes legais.

Art. 8º O Poder Executivo poderá instituir Comitês Regionais de Inovação e Educação Técnica, com a participação da sociedade civil, instituições de ensino e entes governamentais locais, para acompanhar a execução da Política ora instituída.

Art. 9º A implementação da Política estará condicionada à celebração dos instrumentos de cooperação e à disponibilidade orçamentária do Estado, não implicando aumento de despesas ou criação de obrigações financeiras para o Estado da Paraíba.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “**Casa de Epitácio Pessoa**”,
João Pessoa, 17 de novembro de 2025.


ADRIANO GALDINO
Presidente